

## A PRÁXIS DA NORMA - QUESTÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO

TEREZINHA K. JUNKES

### ABSTRACT

From the perspective of discourse analysis, the controversy concerning norms, has clearly shown that every ideological apparatus has its norms. Considering the social functions of language, one can see that there are no fixed and unchangeable norms; the relative character of norms is evident in contextual situations. On analysing *Manual Geral de Redação (General Writing Manual)* - of the *Folha de São Paulo*, *Manual de Estilo (Style Manual)* - of Editora Abril, and various normative grammar books, it was clear that when it comes to linguistic behaviour, schools preach idealized norms and standardized situations, while for the *Manual da Folha de São Paulo*, the *Folha* itself serves as the model. Although based on norms, these are utilized in real situations. It thus becomes obvious that norms in the sense of traditional grammar, as reduction to normative precepts, are utterly useless and dead. What is needed is not the norm, but normal usage, resulting in a live and dynamic language that enables the subject to interact in a diversity of social situations.

### INTRODUÇÃO

Estamos no clímax do dinamismo da língua. Os meios de comunicação, mais do que nunca criam estratégias para a conquista de leitores e telespectadores. As imbricações discursivas nunca foram tão privilegiadas. A busca desse interrelacionamento discursivo visa a conquistar “gregos” e “troianos”; liberais e conservadores; crentes e ateus; políticos e “apolíticos”; esquerda e direita; filósofos e materialistas; enfim: velhos, adultos, jovens, adolescentes e crianças.

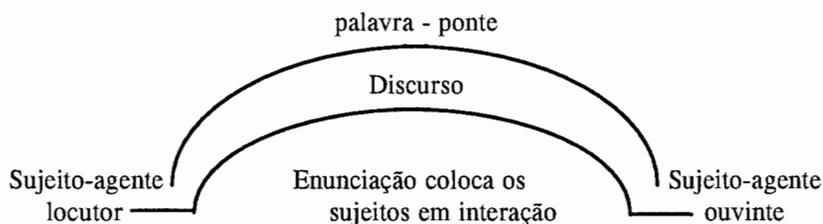
Admite-se, assim, que nenhum discurso existe isoladamente, como “homem algum é uma ilha” (Merton). Nessa necessária convivência social do ser humano, o discurso vem carregado de manifestações sociais, marcado pela influência histórico-social a que pertence o indivíduo. É a palavra que socializa o ser humano, transformando-o em sujeito participativo e dinâmico no processo histórico-discursivo. O homem é pragmático.

E a palavra faz-se ponte entre os homens. Segundo Junkes (1980:69):

“A ponte une, aproxima. A ponte aponta o rumo. Através da ponte, a travessia. Do homem ao homem, a palavra comunicativa. No meio, o vazio instável e aleatório. A palavra é ponte. A ponte é comunicação para a comum união-comunhão.”

Sábias e profundas tais palavras que nos mostram o poder que a palavra tem de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e expressá-la num ato lingüístico. Nelas podemos ler as mais diversas leituras. Elas partem de um locutor filosófico e mantêm a interação deste com seus leitores, porque, neste caso, a palavra-ponte também procede de alguém e se dirige para alguém. É a expressão de *um* em relação ao *outro*. O fato de a palavra enunciada existir, ou melhor, se constituir em função do outro e para ele orientar-se, quer “isolada”, quer organizada em discurso, vem marcada pela relação social dos sujeitos, enfatizando a comunicação como um fenômeno e uma função social. Comunicar-se é associar-se, interagir.

Nessa “orientação dialógica”, conforme terminologia bakhtiniana, nenhum discurso tem mais existência isolada, visto a palavra constituir-se em relação ao outro; ao seu co-locutor. Vejamos o esquema:



Na perspectiva aqui apresentada pela Análise do Discurso, serão analisados os manuais de dois poderosos e amplos veículos do jornalismo, i. é., da comunicação escrita: *Manual Geral da Redação* - Folha de São Paulo, 2a. Edição Revista e Ampliada de 1987 e *Manual de Estilo* - Editora Abril, 11a. Edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1990.

## NORMA LINGÜÍSTICA OU NORMALIDADE NA LINGUAGEM?

O que buscamos com esse trabalho? São vários os aspectos perseguidos, na tentativa de compreender a reação e o comportamento dos interlocutores diante de um fato<sup>1</sup> lido.

---

<sup>1</sup> Fato - “1. Coisa ou ação feita; sucesso, caso, acontecimento, feito.

2. Aquilo que realmente existe, que é real.” (FERREIRA, 1986: 761).

Por que muitas vezes determinado veículo atinge maior ou menor número de pessoas; não apenas um sujeito, mas a coletividade?

Por que há necessidade de normas, inclusive de um manual específico como se apresenta o *Manual Geral de Redação* da Folha de São Paulo?

Como essas normas influenciam os indivíduos-sujeitos da sociedade?

Como o sujeito se apresenta em consequência das normas, ou, o que elas fazem com o sujeito?

A que interlocutores a norma visa ao mesmo tempo, ela resulta de quais filtros: família, escola, trabalho, classe social, religião?

Coloca-se, ainda, que o questionamento a respeito de normas lingüísticas resulta de uma conscientização da ideologia implícita que há na norma, em contraposição à ideologia democrática.

Inicia-se a discussão refletindo sobre a questão da necessidade ou não da norma. Seguindo definição do dicionário, norma é:

1. Aquilo que se estabelece como base ou medida para a realização ou a avaliação de alguma coisa: norma de serviço; normas jurídicas; normas diplomáticas. 2. Fato, princípio, preceito, regra, lei.”(FERREIRA, 1986, p.1198)

De princípio, sabe-se que para viver em sociedade sua presença torna-se indispensável. Ela existe desde as sociedades mais restritas até as comunidades mais amplas: família, escola, trabalho, igreja, clube.

Qual o porquê dessa necessidade quase que inquestionável, visto serem feitas e dirigidas, especificamente, aos seres racionais? Que razões levam esses seres a dirigirem-se por normas ou ainda no sentido bíblico, primeiro, original - doutrina?

Todo aparelho ideológico tem suas normas, seu estatuto, sua constituição, seu catecismo. Há um discurso da norma, i.é., um pensamento ou uma visão da linguagem segundo a qual pode-se classificar os fatos segundo categorias de bom, mau, correto, puro, padrão. Logo, visto que a realidade lingüística tem presente a todo momento afastar qualquer idéia fixa, é de sua natureza que o discurso da norma é, como vimos, por definição, imperativo, autoritário e arbitrário.

A norma é difundida e imposta a todo momento devido à sua preponderância de referência legítima nos lugares estratégicos como a escola, a imprensa escrita e audiovisual, a administração pública, a igreja.

Falou-se de início que tudo evolui, muda rapidamente. Assim também a lingüística e toda a história têm mostrado que a norma, mesmo de bom uso da linguagem, tem evoluído com a sociedade, haja vista a constatação de ser a língua um fato social. Nessa interação dos co-locutores, tanto o conteúdo vai se construindo como os próprios sujeitos envolvidos no processo, o que justifica a suscetibilidade de se utilizar as mais variadas formas verbais e não-verbais, como os gestos, a vestimenta, a estética corporal, o saber viver em sociedade, cujos elementos não

podem ser dissociados da linguagem: ela constitui a base da interação simbólica na vida social.

Sendo a sociedade composta de “n” indivíduos, faz-se necessário reger-se por normas ou doutrinas lingüísticas e sociais que engendrem e condicionem o comportamento de cada indivíduo que constitui-se sujeito na sociedade.

A comunidade social constitui-se de interações constantes desses indivíduos vindos de meios que são a família, a escola, a divisão do trabalho, que, dotados de características “específicas” possibilita a esse sujeito posição privilegiada na hierarquia. Em função do lugar ocupado, é “normal” que o sujeito tome consciência dos deveres e obrigações, como também goze de privilégios devido ao fato de ocupar tal lugar. É preciso ter consciência de si e formar a imagem do grupo a que pertence, tendo em vista a caráter dialógico da linguagem. Esses casos evidentes: família, escola, igreja, política mostram que as regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem levam em conta as relações sociais entre falante e ouvinte. Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, i.é., tem que “saber” quando pode falar e quando não pode; que tipos de conteúdos referenciais lhe são concedidos.

O ato de comunicação, na sua característica primordial de interação de emissor e receptor, ambos sujeitos ativos, ou seja, co-locutores que interagem, dá ao conteúdo dessa interação um estado suscetível de empregar as formas mais diversificadas possíveis. O caráter dinâmico da língua possibilita as variantes no discurso, atendendo às peculiaridades dos co-locutores e à natureza do contexto. Os estudiosos do discurso anulam a possibilidade de uma língua fixa e imutável - morta, estática, - em que o locutor se “apodera”, usa a palavra para um destinatário que tenta decodificar o que lhe foi dirigido.

Considerando a função social da linguagem, concebe-se a norma lingüística

“como o produto de uma hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores, portanto, sobre a conveniência de uma forma lingüística em relação às exigências de interação lingüística.”(ALÉONG, 1983:260)

Esta definição reforça a idéia de que não há somente uma norma fixa e imutável. Ao contrário, evidencia-se o caráter relativo da norma na situação contextual, i.é., na práxis lingüística. O sujeito, a linguagem, o sentido vão se construindo no fio do discurso; isto leva a crer na existência de múltiplas normas lingüísticas e no caráter polissêmico da norma em função do jogo dos contrastes possíveis.

Dadas as colocações, constata-se que, na nova perspectiva lingüística, norma

“designa uma variedade da língua que, num dado momento se impõe e é imposto por todo um aparato prescritivo como a língua de referência pela qual devem medir-se todos os comportamentos.” (id. *ibid.*, p.261)

Há constante avaliação, por parte dos co-locutores, dos elementos da língua devido ao seu caráter pragmático de em certos contextos admitirem várias realizações funcionais. Isto reforça a característica sistemática e funcional da língua, desvincilhando-a de sua classificação meramente teórico-gramatical, conforme visão tradicional.

Considerando a existência de uma norma lingüística socialmente dominante e a diversidade dos componentes lingüísticos, faz-se necessária a distinção entre normas explícitas e normas implícitas. As normas explícitas compreendem o conjunto de normas lingüísticas tradicionais elaboradas para uma determinada comunidade. Por exemplo, as diversas gramáticas normativas da língua portuguesa que se constituem segundo processos sócio-históricos, nas quais encontramos o ponto de referência; a mais célebre obra que se impõe como ideal para que haja comunicação dos co-locutores, principalmente nos usos oficiais, no processo da escrita - nas instituições escolares - e na imprensa. Ressalta-se, no entanto, que só uma parte da sociedade tem acesso à variedade “cultura”, considerada geralmente “a língua”, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. Segundo GNERRE (1985:4):

“A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade, é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um ‘corpus’ definido de valores fixados na tradição escrita.”

Assim como os aparelhos ideológicos já citados: governo, escola, igreja são considerados superiores, também o código oficial, padrão da língua, é tido como superior.

Por outro lado, as normas implícitas, segundo ALÉONG (id. *ibid.*, p.262) são

“raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem representam mais os usos concretos para os quais os indivíduos se apresentam na sociedade imediata. Bem entendido, elas se movem sobretudo na língua oral e por isso esse tipo de norma não é regida pelo código escrito.”

Essa distinção de norma explícita e norma implícita reforça a necessidade de variação lingüística, não como desvios de uma norma única, mas resultante do dinamismo da linguagem como meio de interação social dos indivíduos.

Ressaltemos que na sua aceção científica norma “designa todo princípio de codificação do enunciado lingüístico que o locutor percebe como gramatical. (id. *ibid.*, p. 262)

E a lingüística tem como um dos seus objetivos descrever e explicar o funcionamento dessa regra cujo resultado não tem nada a ver com o código utilizado pela sociedade como uso, como meio de interação, cujo apoio se materializa nos fenômenos orais. Seguindo essa orientação, a escola precisa conscientizar-se de que a língua materna é “adquirida”, internalizada desde casa, na convivência diária, espontânea, e não na escola, através de regras artificiais e aleatórias. Talvez o papel da escola seja “aprimorar” essa bagagem que a criança já possui, preparando-a para comunicar-se nas mais diversas situações de referência, nas diversidades situacionais de interação, pois a palavra serve de lugar de reconhecimento, de afinidade dos colocutores. Da mesma maneira que adaptamos nossos trajes, nosso comportamento às exigências sociais, assim também faz-se necessário proceder com a linguagem, para não sermos discriminados.

Os cidadãos são considerados iguais perante a lei; no entanto, são marginalizados pela mesma lei - que no papel, os protege -, haja vista sequer terem acesso ao código, à norma pedagógica ensinada na escola. Nas relações de poder faz-se a distinção entre a norma reconhecida e a capacidade efetiva de produção lingüística do falante.

## ANÁLISE

### A) Manual Geral de Redação - Folha de São Paulo

No que se refere ao material em análise, ou seja, *Manual Geral da Redação - Folha de São Paulo* e *Manual de Estilo* - Editora Abril, pode-se dizer em relação ao primeiro que há uma rigidez muito grande na escolha do vocabulário, da sintaxe, do estilo. Já o *Manual de Estilo* - da Editora Abril, adota uma certa maleabilidade conforme o grupo social, profissão, idade, sexo que quer atingir. Adapta-se aos contrastes situacionais através da modulação adequada das formas lingüísticas.

Ressalta-se, no *Manual da Folha de São Paulo* e na *Folha* em si, um cuidado muito grande, tanto no que se refere ao aspecto de apresentação quanto às normas gramaticais, ao estilo, ao vocabulário e toda atitude profissional dos seus profissionais. Isso porque seus dirigentes conhecem o interesse e as exigências dos seus leitores; se os julgamentos forem negativos, a Folha pode ser substituída por um outro meio, um outro jornal.

O *Manual da Folha de São Paulo* é fiel às normas consubstanciadas na gramática nos mais diversos aspectos: no emprego de palavras e expressões; quanto à acentuação, à crase, ao uso do hífen, à regência dos verbos, à pontuação, à estrutura redacional como um todo. Exemplificando:

No emprego de palavras e expressões, diz:

“A nível/em nível - Deve-se dizer ‘em nível’ e não ‘a nível’. A expressão ‘ao nível’ significa ‘na mesma altura’. Exemplo: ‘ao nível do mar’. É errado

dizer ‘a nível de’ para significar ‘em termos de ‘ou’ no plano de’. Exemplo de erro: ‘A nível federal, o governo adotará’ (O certo é ‘em nível federal’).” (p.127).

“Champanhe - Sempre no masculino. Não usar as grafias champagne e champanha.”(p.128).

O *Manual da Folha de São Paulo* preocupa-se muito com a observância das normas gramaticais. Além de apresentar uma série de normas estabelecidas, traz da página 165 à página 168, uma relação de palavras que levam hífen.

Continua mostrando sua preocupação em relação à norma, agora com a regência dos verbos e a maneira de conjugá-los. Observe :

“Implicar - O verbo ‘implicar’ é transitivo direto na maior parte das vezes em que é utilizado: ‘A vitória do Brasil implica a sua classificação’, ‘o discurso do presidente implica o recrudescimento da violência e ‘a criação artística implica muita dedicação’. Só quando ele é transitivo direto e indireto é que o verbo exige preposição: ‘João implicou Pedro no crime’,”(p.130).

A preocupação com os detalhes de apresentação gramatical continua. Vejamos, por exemplo, o que diz sobre o emprego das aspas.

“Aspas - as aspas são usadas em citações textuais. Quando é uma frase incompleta usam-se as aspas antes do ponto final (João disse que acha ‘absurda a maneira como são feitas as casas’.). Quando a frase é completa, as aspas são usadas depois do ponto final (‘Acho absurda a maneira como são feitas as casas.’).”(p.132).

Sobre a estruturação do texto, prende-se, exclusivamente, a critérios formais. Aborda a frase e o período como algo estanque, isolado. Em nenhum momento refere-se ao assunto com visão de conjunto, revelando os aspectos de coesão e coerência textuais. Exemplificando:

“Frase - Conjunto de palavras que formam um sentido completo. Pode ser oração ou período.”(p. 129).

“Cada frase deve conter uma só idéia. Frases curtas são mais eficazes que as longas. O tamanho ideal é entre uma linha e meia e meia de setenta toques datilográficos.”(p.78).

Quanto ao período, segue as mesmas estratégias gramaticais da gramática tradicional, que se preocupa com as operações em nível frasal, não dando uma visão dos aspectos textuais e contextuais, ou, conforme expressões da lingüística textual, aspectos cotextuais e contextuais. Observe:

“Período - Conjunto de orações que formam um sentido completo. É delimitado pelo sinal gráfico do ponto.”(p.132).

Sabendo da pressão do grupo, i.é., dos seus co-locutores, além das normas gerais, a *Folha* cria normas próprias para seu jornal, a fim de atender às exigências desse grupo social, no interior da sociedade como um todo. Como a família, para seu bom relacionamento, tem suas normas próprias que muitas vezes a distingue das outras, assim também a *Folha* estabelece suas próprias normas - as normas da casa - com o intuito de manter seus leitores fiéis e de cumprir as principais funções do jornalismo: política, economia, educação e entretenimento.

Por função política, por exemplo, entendem-se os meios de informação, em sua ação crescente, como instrumento de direção e de negócios públicos, e como órgão de expressão e de controle da opinião pública. Convencidos de que a opinião pública pode ser controlada através de uma informação inteligente e bem dirigida, os diversos órgãos governamentais desenvolvem seus serviços informativos, captando simpatias e fornecendo vasto material para redatores, repórteres e editores. O jornalismo passa a funcionar como elemento do regime e uma força a seu serviço.

O homem que lê jornais, ao abrir uma edição, pretende ser bem informado. Ele exige do jornal, sobretudo, segurança na informação da notícia. Buscar uma padronização do estilo do jornal para uniformizar, significa moldar ideologicamente. Em verdade, as normalizações técnicas de como produzir uma notícia, um texto, atuam de tal forma que castram grande parte do potencial criativo e da gravidade das notícias.

São inúmeras as caracterizações clássicas de notícia em jornalismo. Uma ingênuas; outras genéricas. Nenhuma capaz de mostrar com determinação seu objeto. Vejamos algumas formulação tradicionais de notícia.

“Se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí, então, a notícia é sensacional.” (AMUS COMMINGS).

“Notícia é algo que não se sabia ontem.” (TURNER CATHEGDE).

“É uma complicação de fatos e eventos de interesse ou importância para os leitores do jornal que a publica.” (NEIL MACNEIL).

Umberto Eco renova a concepção de notícia. Para ele a noção de notícia está baseada no privilégio do anormal, na busca constante pelo novo, pelo diferente.

Retomo a idéia de “anormal” declarada por Eco, mas aquela anormalidade cujos fatos carregam consigo personagens políticos. Uma relação amorosa qualquer não é notícia; ela o será se envolver personagens que representem poderes que o jornal pretende comentar. Ressalte-se: o extraordinário na mídia é o jogo ideológico dos grupos de poder social e uma forma de poder político. Assim como a escola, a imprensa também pertence aos jogo das forças da sociedade. Aí insere-se o forte da

questão. Segundo Marcondes Filho, a notícia funciona como agitação orientada, como forma de “atiçar”, de pôr mais lenha no confronto de posições políticas. Democraticamente isso até seria sadio - todos terem a oportunidade de usar o extraordinário, o diferente, em proveito de suas posições políticas.

Acontece que é exatamente na utilização da notícia que se manifestam os processos menos democráticos de formação de opinião, visto os jornais serem conduzidos pelas classes dominantes em conflito, em que cada qual carrega grupos em disputa pelo poder.

A notícia, assim como os livros didáticos, especialmente os doados pelo governo, são informações transformadas em mercadorias pelo fato de serem manipulados pelo poder político-econômico que os sustenta, passando a ser o meio de manipulação ideológica do grupo.

Assim como a notícia, é ingênuo desvincular a escola dos confrontos de interesses e de poderes de grupos dominantes na sociedade. Prova disso são as normas da gramática ditadas pelas elites sociais “escolarizadas”. É a modalidade lingüística tomada como padrão oficial de ensino, e nela se redigem, inclusive, os textos e documentos oficiais do país e por ela se orientam os concursos públicos, os vestibulares. Como diz Coseriu (1980:122):

“Essas normas contêm tudo o que corresponde a uma língua funcional, ainda que não necessariamente funcional - todo fato que se diz e se entende ‘dessa maneira e não de outro modo’.”

Vê-se, assim, que a verdade que a escola e a notícia tentam nos passar nada tem de transparente ou inquestionável - ambas tendem ao discurso dogmático onde a objetividade é impossível. Através das normas fixadas a política da escola assim como a da notícia tendem a incentivar a passividade, a acomodação em seus receptores, levando-os à apatia, criando um clima apropriado à aceitação e à submissão.

Isso é deveras grave, tanto que Leo Buscaglia, em seu livro **Amor** constata que o oposto do amor não é o ódio, e sim a apatia. Acrescenta-se o pensamento de Faulkner, em **Palmas Selvagens**, que diz: “Se eu tivesse de escolher entre a dor e o nada, escolheria a dor.”

Retornando ao *Manual da Folha de São Paulo*, ressaltando o item Procedimentos Profissionais - os profissionais da *Folha* são sujeitos assujeitados pela ideologia da instituição, isso porque o discurso da norma, em si, é autoritário e imperativo, inclusive anulando-os como indivíduos e multissujeitando-os nos seus mais diversos papéis; anulando-os em detrimento do seu “dever”, por isso a persistência e insistência da palavra “deve”.

“O reponsável pela seção deve:

- a) checar...
- b) zelar...
- c) cuidar..." (p.103)

"O *jornalista* responsável pela seção *deve* ter a mais completa agenda cultural da Redação."(p.103).

"Quando o *jornalista da folha* recebe informações de uma fonte que faz acusações criminais contra outra pessoa *deve*: ..." (p.103).

Chama-se atenção que a *Folha* é o personagem principal, assim identificado pelo uso da maiúscula; o jornalista está a serviço da *Folha*; Ela, o objeto, se personifica e se plenifica enquanto o jornalista, o ser humano se objetifica:

"O bom *jornalista* *deve* ter boa memória."(p.103).

Na linguagem atual, na era da informática, os computadores têm memória. Somente eles têm memória eficiente.

O grau de anulação empregado pelo aparelho ideológico atinge seu clímax; apaga o sujeito, transferindo ao texto o papel do jornalista:

"O *texto* *deve*: (grifo nosso)

- a) ocupar-se de assunto relevante e recente;
- b) conter uma breve rememoração dos fatos que vai analisar;
- c) indicar suas causas, fazer associações e prever suas prováveis conseqüências, conforme raciocínios lógicos e acessíveis a qualquer leitor.(p.104).

Estamos na era do materialismo: o Ter em detrimento do Ser. Aqui o *homem* é sacrificado, anulado, humilhado, coisificado para que a *Cosa* tenha sucesso e permaneça no seu lugar de sujeito pleno. São as inversões dos valores exigidos pelo próprio homem que constitui a sociedade. Ele cria as normas e assujeita-se a elas. À medida que ele as constitui, ele se destitui.

O *Manual da Folha de São Paulo*, rigidamente aplicado à *Folha*, foi elaborado essencialmente pela

"...necessidade de estabelecer um padrão a partir do qual o trabalho jornalístico se desenvolva de modo homogêneo..."(p.23).

## B) *Manual de Estilo*: Editora Abril

Em contrapartida temos o *Manual de Estilo* - Editora Abril. Já em si mais "leve", como diz a capa:

“Um manual *prático* (grifo nosso) de redação, não só para a Editora Abril, mas para todos aqueles que dele quiserem fazer uso.”

Seus objetivos ultrapassam o da *Folha*, apesar de muito menos exigentes e eficientes (?). O jornalismo da *Folha* é rápido, ágil; só publica artigos inéditos com “precisão” e “objetividade”; não admite fofocas. Segundo seu manual:

“A Folha não se atrela a nenhum grupo, tendência ideológica ou partido político. Mesmo quando toma partido em favor de uma tese, idéias ou atitude, a Folha não deixa de noticiar outras que se oponham a ela.”(p.27).

O objetivo da Abril:

“Transmitir notícias corretas, informação confiável, conhecimento, entretenimento e reflexão da maneira mais precisa, mais agradável e mais clara possível.”(p. 09).

Vê-se os critérios subjetivos do objetivo. Atente-se para os requisitos exigidos pela Abril:

“Em primeiro lugar, exige-se um certo talento. Depois, o conhecimento do idioma e de suas regras gramaticais (até para quebrá-las)...”(p.11).

“...pretende-se que ele ajude a descomplicar a tarefa cotidiana de cada um de nós e, no final das contas, facilite a vida do destinatário de nossas palavras, frases, ...: o leitor.”(p.11).

O livreto divide-se em cinco partes. Na primeira, apresenta “princípios” e “critérios básicos”. Nos princípios volta a enfatizar o que foi dito na apresentação do manual, ou seja,

“O objetivo deste Manual de Estilo é facilitar o trabalho rotineiro dos jornalistas da Abril e seus colaboradores a partir de alguns critérios inspirados na única regra para a qual não se abrem exceções: a suprema regra do bom senso.”(p.15).

“Bom senso”, aqui, é naturalmente encarado como algo objetivo e talvez, óbvio.

Sobre os critérios básicos, apresenta, resumidamente, algumas normas que são aplicadas às revistas da editora Abril:

“1. Os títulos são grafados em caixa alta, redondo:

**VEJA, PLAYBOY, CLAUDIA, PLACAR.**

2. Nas matérias, não há ponto final em títulos, antetítulos, intertítulos, títulos de continuação, olhos ou subtítulos, legendas e créditos.

3. Toda foto deve ter legenda, obrigatoriamente.

4. É recomendável a colocação de um intertítulo a cada oitenta linhas de texto, pelo menos.”(p.15).

Na segunda e demais partes trata das normas, baseando-se na gramática tradicional, ora obedecendo-lhe ora fugindo à sistematização oficial.

Observe-se o que diz sobre a pontuação:

“Ponto: use à vontade. Pontos encurtam frases. Dão clareza ao texto. Facilitam a compreensão. E confortam o leitor. Na dúvida, ponto.”(p.25).

As colocações continuam subjetivas. Veja:

“Ponto de Exclamação! Evite. A vontade de usá-lo pode ser sintoma de fraqueza das palavras ou de construir uma frase vigorosa. Procure palavras fortes para construir uma frase vigorosa. Mas, quando for o caso de exclamar, exclame!

*Procure palavras mais fortes.*”(p.25).

“Aspas

Na dúvida, não use.”(p.48).

E assim seguem grande parte das colocações sem que haja preocupação na obediência às normas da gramática normativa. Sua observância aleatória, ou melhor, questão de “bom senso”.

Na quarta parte, onde trata da colocação pronominal, o manual começa dizendo:

“1. Guie-se pelo ouvido. A regra básica para a colocação dos pronomes oblíquos átonos (me, te, se, o, a, os, as, lhe, lhes, nos, vos) é a eufonia, ou seja, a elegância e suavidade na pronúncia. Assim, quando possível, procure usá-los antes do verbo: ele me disse, você lhe contou.

2. Fuja da chamada mesóclise (pronome no meio de verbo). Embora gramaticalmente correta, a forma é estilisticamente pedante : encontrar-nos-emos, dir-te-ia, far-lhe-ia.” (p.55).

Já em relação ao início das frases respeita a norma de não iniciar qualquer oração com o pronome oblíquo antes do verbo:

“SIM: Disseram-me que...  
NÃO: Me disseram que ...” (p.55).

Esse conjunto de normas um tanto “anormais” deve-se à diversidade dos co-locutores atingidos pela Abril, nos mais diversos aspectos: sexo, profissão, cultura. É a Abril que na maioria das vezes inicia, na leitura, o público infantil com seu *Tio Patinhas, Trapalhães, Mickey*, etc., passando pelas “gatinhas” com *Capricho e Nova*. Atrai um público feminino também com *Nova e Claudia*, não deixando de lado o público masculino com *Quatro Rodas, Playboy*. Os homens de negócio encontram na *Exame* as mais recentes orientações econômicas. A *VEJA*, até há pouco tempo a revista mais lida do país, atualizada, intelectualizada, perde agora seu espaço devido à sua decadência na seleção dos temas e no como abordá-los. Quase a nível de *Amiga e Contigo*, limita-se a fofocas da vida particular dos sujeitos.

A Abril distancia-se cada vez mais do normativo, do formal, ao contrário da Escola que não se adapta à realidade. Duas posições antagônicas. A Escola continua fazendo do estudo da gramática um fim, e a Abril, na maioria das vezes, abandona, quase que por completo, as normas lingüísticas, conseqüentemente ferindo os princípios e normas sociais, com isso perdendo parte de seus leitores - os da *VEJA* que se constituem sujeitos selecionados intelectualmente, “ideologicamente”.

Como há divisão de leitores, há, especialmente no Brasil, um distanciamento, um “divorciamento” cada vez maior entre a norma gramatical vigente e a comunicação espontânea, i. é., a conversação, distanciamento também notável em relação à criação literária moderna, viva, as expressões artísticas reveladoras da realidade. Chegou-se à dicotomia numa mesma língua: a dos gramáticos, da norma e a língua viva, do povo - a práxis, i. é., da produção lingüística cujo objetivo justifica a criação da palavra.

Vê-se que a linguagem tanto pode ser usada para comunicar, interagir, como para impedir a circulação de informações para diversos segmentos da população. Determinada notícia sobre política em um jornal da *Folha de São Paulo*, por exemplo, usa códigos de referências a implícitos que funcionam como filtros para a compreensão da informação. Tal competência condiciona-se ao nível culto da língua. Desta maneira, a linguagem constitui o “arame farpado” mais poderoso para bloquear o acesso ao poder.

“A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade lingüística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial.”(GNERRE, 1987:16-17).

## CONCLUSÃO

Concluimos as colocações sobre norma, ressaltando que elas são necessárias, desde que maleáveis, adaptadas à realidade, à normalidade situacional. A Escola tem papel importante na difusão da “norma” desde que caracterizada como práxis lingüística e a Imprensa, os meios de comunicação são um prolongamento da escola, obedecendo a essa perspectiva da prática lingüística. Caso contrário, passa-se forçosamente as pessoas através do túnel da educação formal, o que, segundo GNERRE (1987:21-22),

“significa fornecer a elas alguns parâmetros para reconhecer as posições sociais e fornecer um mapa da estratificação social com alguns diacríticos relevantes para o reconhecimento de quem é quem: um instrumento a mais para medir a desigualdade social.”

Visto que a língua serve como meio de interação social em grupos menores que fazem parte de um grupo social mais abrangente, conclui-se que não há uma norma única, homogênea e também que as “normas” não são puramente lingüísticas, mas, sobretudo, baseiam-se em critérios sociais.

Voltando aos aparelhos ideológicos, ressalta-se, em relação ao comportamento lingüístico, que a escola prega normas ideais, uniformiza as situações, enquanto o *Manual da Folha de São Paulo* e a própria *Folha*, mesmo baseando-se nas normas, empregam-nas em situações reais. A escola não sincroniza as normas de acordo com suas funções sociais; a linguagem empregada pelos gramáticos vai ao extremo do classicismo, por isso é teórica, enquanto o *Manual da Folha de São Paulo* concretiza, legitima na própria *Folha*, é práxis ideológica.

Já os leitores da Abril subdividem-se em dois grupos: os intelectuais e os mais jovens. Estes permanecem firmes na sua opção de leituras; os intelectuais, críticos, assíduos à *VEJA*, por exemplo, atentos à decadência das estratégias empregadas na seleção e divulgação das notícias, decepcionados procuram outras fontes de informação.

Em vista disso, faz-se urgente inculcar no aluno o sentido do querer “saber das coisas”, torná-lo agente da ação no mundo, não conformista, mais sujeito participativo na resolução das questões sociais. Os aparelhos ideológicos - escola, imprensa - precisam levar o público a romper com a aceitação passiva dos fatos, com a mera submissão aos dirigentes e às instituições, inclusive à igreja. Junto à autoridade do sacerdote, ao saber do professor e do jornalista - possuidores socialmente confirmados da norma - vai também uma parcela de poder, e nesse jogo estão implícitas relações de dominação. No entanto, o saber não é venda, não é mercadoria. É direito.

A “norma” amalgama-se num além da linguagem - no sociocultural - o que nos leva a adequá-la à normalidade, à práxis lingüística, transmitindo confiança e segurança aos co-locutores.

Portanto, norma no sentido da gramática tradicional, que se reduz a uma série de preceitos normativos, a uma série de instruções independentes da situação, tornou-se artificial, estática, morta. Faz-se necessária a normalidade, uma língua viva, dinâmica, que possibilite ao sujeito o domínio da língua materna e sua interação nas diversas circunstâncias sociais, hajam vista as preleições lingüísticas adquirirem valor se - e somente se - realizadas no contexto social e cultural apropriado.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRIL, Editora. **Manual de Estilo**. 11 ed. Rio de Janeiro:Editora Nova Fronteira, 1990.

ALÉONG, Stanley. **Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique**. Conseil de la langue française, Québec, 1983.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo:Editora Hucitec, 1988.

COSERIU, Eugenio. **Lições de Lingüística Geral**. Rio de Janeiro:Ao Livro Técnico S.A., 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual Geral de Redação**. 2 ed. rev. am. São Paulo:Folha de São Paulo, 1987.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo:Editora Martins Fontes, 1987.

JUNKES, Lauro et al. **Escritores do Brasil**. 2 vol. Rio de Janeiro:Gráfica Editora Arte Moderna Ltda, 1980.